

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, filho de **Fulano de tal** e de **Fulano de tal**, portador da carteira de Identidade n. XXXXXXXXX - SSP/DF, cadastrado no CPF sob o n. XXXXXXXX, residente e domiciliado próximo a XXXXXXXXXXXX-DF, CEP.: XXXXXXXX, (XX) XXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXX@XXX.com, vem perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX** com fundamento na legislação vigente, propor a presente

**MANUTENÇÃO DE POSSE
COM PEDIDO DE LIMINAR C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS**

em desfavor de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, filho de Pai de tal e de Mãe de tal, portador da carteira de identidade n. XXXXXXXXX - SSP/DF, de CPF XXXXX, Residente e domiciliado XXXXXXXXXXXX-DF, telefone n. (XX) XXXXXXXX, expondo e requerendo o seguinte:

DOS FATOS

- 1.** O Requerente é possuidor de um imóvel localizado XXXXXXXXXXXX-DF, que segundo consta do Instrumento Particular de Compra e Venda e do Cadastro Ambiental Rural medindo XXXXM² (XXXXXXXXXX).
- 2.** No imóvel há a construção de uma casa de alvenaria, com XXXXXXXX do imóvel, medindo XXX metros de frente por XXX metros laterais, com XXM², de área construída.
- 3.** Assim, paralelo a residência em questão haviam dois cômodos, sendo que em um deles o Requerente o utilizava como depósito o qual media XX metros

por XX metros totalizando XM², o qual foi totalmente destruído pelo Requerido, conforme demonstrado nas fotos juntadas a exordial, também fora destruídos ou danificados diversos objetos que o Requerente guardava no cômodo, pois utilizava o mesmo como um depósito a saber:

- Chocadeira de aves, no valor de R\$ XXXXX;
- 03 Bicicletas no valor estimado de R\$ XXXXXXXXXX;
- Uma cama no valor de R\$ XXXXXX;
- Cavadeira no valor de R\$ XXXXXX;
- Além de ter destruído com fogo dois galinheiros da propriedade do Requerente que estima ter gastado com insumos e mão de obra para construir os XXX galinheiros cerca de R\$ XXXXXX (XXXXXX) cada um, totalizando R\$ XXXXX (XXXXXXX), de prejuízos;
- Além dos prejuízos mencionados acima, ainda foram danificados pelo fogo parte da rede elétrica, danificou parte da rede hidráulica da propriedade do Requerente, conforme resta demonstrado nas fotos e na mídia de DVD carreadas a presente exordial. O Requerente estima que gastará cerca de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX) para refazer tanto a rede elétrica, quanto a rede hidráulica;
- O Requerente afirma ainda desapareceram mais de XX (XXXXXXX) galinhas de sua propriedade quando do ocorrido, informando que comercializa as galinhas e as vende por R\$ XXXX (XXXXXX), o que totaliza um prejuízo de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX). Desto referido cômodo foram danificados diversos

4. O Requerente informa que toda a ação do Requerido é com o fim único de esbulha-lo da posse de sua propriedade e que o Requerido já havia tentando isso em outras ocasiões.

5. Conforme consta das ocorrências policiais de n. XXXXXXXXX, onde consta no histórico que o Requerido pediu para o filho do Requerente, Fulano de tal, avisar a seu Pai, Fulano de tal que derrubasse o depósito, pois do contrário ele o faria, o que veio realmente a cumprir, conforme consta da Ocorrência Policial n, XXXXXX. Antes deste fato, no dia XX/XX/XXXX, o Requerido novamente intentou contra a manutenção da posse do Requerente, querendo esbulha-lo de sua propriedade conforme consta da Ocorrência Policial de n. XXXXXXXXX, as quais seguem em anexo.

DO DIREITO

6. A ação de manutenção de posse tem por finalidade um provimento jurisdicional que **mantenha o possuidor na sua posse**, impedindo que terceiro **perpetre qualquer ofensa a ela**. Objetiva, ainda, fazer cessar a turbação restaurando o livre exercício da posse.

7. O Código Civil, ao dispor sobre o assunto, estabelece o seguinte:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

.....
.....

Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

§ 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.

§ 2º Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

8. De acordo com o magistério de Maria Helena Diniz:

A ação de manutenção de posse é o meio de que pode servir-se o possuidor que sofrer turbação a fim de se manter na sua posse (CPC, arts. 926/931), receber indenização dos danos sofridos e obter a cominação da pena para o caso de reincidência (CPC, art. 921), ou, ainda, se de má-fé o turbador, remover ou demolir construção ou plantação feita em detrimento de sua posse. Se a turbação for nova, com menos de ano e dia, dar-se-á a liminar, sem audiência da outra parte; porém, contra as pessoas jurídicas de direito público, há necessidade de prévia audiência dos respectivos representantes judiciais; (in Código Civil Anotado, p. 420/421. Saraiva, 1996).

9. A turbação é ofensa média à posse, socorrida pela ação de manutenção. A turbação é todo ato que embaraça o livre exercício da posse, haja ou não dano, tenha ou não o turbador melhor direito sobre a coisa.

10. Sobre o tema, leciona Silvio Venosa:

A turbação é ofensa média à posse, socorrida pela ação de manutenção. O titular tem o exercício de sua posse prejudicado, embora não totalmente suprimido. (in Direito Civil, vol. V, p. 141. Ed. Atlas, 2003)

11. A jurisprudência sobre o tema assim norteia:

PROCESSUAL CIVIL - MANUTENÇÃO DE POSSE - LIMINAR - PRESSUPOSTOS. Constatando-se o preenchimento dos pressupostos previstos no art. 927 do CPC, impõe-se seja mantido o deferimento da liminar concedida em primeira instância, com a consequente manutenção do autor na posse do bem. (20010020023024AGI, Relator SÉRGIO BITTENCOURT, 4ª Turma Cível, julgado em 01/10/2001, DJ 27/02/2002 p. 51)

DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA PELO REQUERIDO

12. A Constituição da República, por seu turno, assegura serem indenizáveis os danos morais, dispondo no artigo 5º, in verbis:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;"

13. Também a respaldar o pleito indenizatório dos Requerentes temos o disposto nos arts. 186 e 927, do Código Civil Brasileiro:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

14. A responsabilidade civil é o dever jurídico imposto ao autor de um fato danoso de responder pelas consequências desfavoráveis experimentadas pelos lesados. Este dever jurídico cuja ofensa comporta o surgimento de uma responsabilidade contratual ou extracontratual ocorre segundo preexistia ou não vínculo obrigacional,

consubstanciando a imputabilidade subjetiva do agente aliada à prova cabal do nexo causal elemento essencial e indispensável à obrigação secundária de reparar o dano, originária do ato lesivo.

15. Assim, presente o ato culposo/doloso desse, o dano experimentado pelos Requerentes e o liame de causalidade, emerge o dever de indenizar e reparar o prejuízo experimentado, repondo aos Requerentes o desfalque em seu patrimônio, que consiste na reparação do dano causado.

DOS DANOS MATERIAIS

Em decorrência do ato lesivo (derrubada e queimada) provocado pelo Requerido, **os Requerentes tiveram diversos prejuízos de ordem material**, relacionados no quadro abaixo que ultimam o valor total de R\$ XXXXXXXX:

ITEM DANIFICADO/DESTRUÍDO	VALOR
- Chocadeira de aves	R\$ XXXXXX
- XX Bicicletas	R\$ XXXXXXXX
- Um cama	R\$ XXXXX
- Cavadeira	R\$ XXXXXX
- dois galinheiros	R\$ XXXXXXXX
- Redes elétrica e hidráulica	R\$ XXXXX
- XX galinhas de granja	R\$ XXXXXXXXXXXX
TOTAL	R\$ XXXXXXXXXXXX

DA LIMINAR

Na hipótese vertente, verifica-se a presença de todos os requisitos exigidos para a concessão da liminar vindicada, consoante preconiza o art. 560 e seguintes, do Código de Processo Civil, eis que, conforme documentação acostada e testemunhas arroladas, a requerente é legítima

possuidora dos direitos sobre o referido imóvel, a qual foi esbulhada pelo requerido, há menos de ano e dia. Senão vejamos:

Art. 560. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.

Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

Art. 563. Considerada suficiente a justificação, o juiz fará logo expedir mandado de manutenção ou de reintegração.

Desse modo, materializado o esbulho, a presente ação cumpre os requisitos, sendo consequentemente ajuizada, dentro, portanto, do prazo de que cuida CPC para o deferimento de liminar.

DOS PEDIDOS

Dito posto requer o seguinte:

- a) os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) a concessão de LIMINAR *inaudita altera pars* para que o Requerente **seja mantido na posse do Imóvel hoje ocupada pelo mesmo**, objeto de discussão, expedindo-se, em consequência, o mandado de manutenção de posse contra o Requerida;
- c) mandar expedir mandado proibitório *inaudita altera pars*, cominando-se ao Requerido multa diária a ser fixada por V.Exa, se este promover nova turbação ou esbulho em face da posse exercida pelo Requerente sobre o imóvel em discussão nos autos, ou, se o entender Vossa Excelência, **seja designada audiência de justificação prévia**, com a citação do Requerido e expedição de mandado proibitório em caráter liminar, sob cominações legais, incluída a multa referida;
- d) a citação do Requerido, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse da Requerente na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que

apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

- e) sendo ao final julgado procedente o pedido, mantido o Requerente na posse do imóvel objeto de discussão nos autos, e expedido mandado proibitório definitivo, condenado o Requerido nas custas processuais, honorárias e mais cominações;
- f) seja também o Requerido condenado ao pagamento a favor do Requerente do valor de R\$ XXXXXX, referente aos danos materiais sofridos pelo Requerente em face dos atos praticados pelo Requerido, em discussão no presente feito;
- g) a condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do PROJUR;

Provará o que for necessário, usando de todos os meios permitidos em direito, em especial pela juntada de documentos, oitiva de testemunhas a serem regularmente intimadas, e depoimento pessoal do Requerido, sob pena de confesso. Cabe se destacar que a Requerida não apresentou nesta data rol de testemunhas, sendo advertida de que apresentar o rol oportunamente, sob pena de prejuízo.

Dá-se a causa o valor de **R\$ XXXXXXXXXXXX**

Nestes termos,
Pede deferimento.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Requerente

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO

ROL DE TESTEMUNHAS

- **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, Residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX-DF, telefone: XXXXXXXXXX;
- **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliada XXXXXXXXXXXX-DF.